

## **5. PRORROGAÇÃO DO ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO - PAULO JOSÉ GONÇALVES PEIXOTO:**

Submete-se à consideração do Executivo, informação circunstanciada do **DRH**, no sentido de ser emitido parecer relativo à prorrogação do acordo de cedência de interesse público até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016, de Paulo José Gonçalves Peixoto, técnico superior da Empresa Municipal AGERE.

## INFORMAÇÃO

Armando Marques Araújo	Assistente operacional	Encarregado operacional	AE Maximinos
Maria da Graça Pinheiro Ferreira Fonseca	Assistente operacional	Encarregado operacional	AE Alberto Sampaio
Américo Quintas Costa	Assistente operacional	Encarregado operacional	AE D. Maria II
Manuel Ferreira Gonçalves	Encarregado operacional	Encarregado geral operacional	Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais
António Fonseca Costa	Assistente operacional	Encarregado operacional	Mercado Municipal
Manuel Sousa Fernandes	Assistente operacional	Encarregado operacional	Divisão de Obras de Vias e Infra-Estruturas
António Jorge Soares Dias	Assistente operacional	Encarregado geral operacional	Divisão de Manutenção e Conservação
Joaquim Silva Ferreira	Assistente operacional	Encarregado operacional	Divisão de Manutenção e Conservação

#### Mobilidades intercarreiras

Nome	Categoria origem	Categoria em mobilidade	Serviço onde exercem funções
Manuel Faria Lopes	Assistente técnico	Técnico Superior	Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico
Francisco José Carvalho Marques	Assistente técnico	Técnico Superior	Divisão de Obras de Vias e Infra-Estruturas

2. De igual modo cessou a mobilidade na categoria da técnica superior do mapa de pessoal do Município do Porto, Maria José Aves, em exercício de funções na Divisão de Fiscalização;

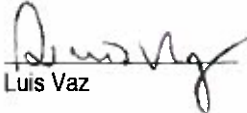
3. Cessou também em 31 de Dezembro de 2015, o acordo de cedência de interesse público de Paulo José Gonçalves Peixoto, a exercer funções na Proteção Civil, que havia sido prorrogado por deliberação do órgão executivo de 26/01/2015.

4. Face à publicação do Decreto-lei 253/2015, de 30/12, relativo ao regime transitório de execução orçamental, verifica-se que a Lei do Orçamento de Estado para 2015, se mantém em vigor pelo período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2016, vide circular 002-2016 de 5/01/2016 da Associação Nacional de Municípios, que se anexa.

Nestes termos, submete-se à informação da Diretora de Departamento de Recursos Humanos e do Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva, tendo em vista decisão do Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é conferida pelo artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no sentido de prorrogar as mobilidades até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016, bem como propor ao órgão executivo a emissão de parecer quanto à prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o técnico superior Paulo José Gonçalves Peixoto.

Braga, 13 de janeiro de 2016

O coordenador técnico

  
Luis Vaz

N/Ref. CIR\_002\_2016\_SA (via correio electrónico)

DATA: 05/01/2016

**ASSUNTO: LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO. PERÍODO TRANSITÓRIO EM 2016.**

Ex.mo(a) Senhor(a)

Presidente,

O artigo 12.º-H da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)<sup>1</sup> estabelece, no seu n.º 1, que a vigência da lei do Orçamento do Estado do ano anterior é prorrogada em determinadas circunstâncias, incluindo as nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Refere o seu n.º 2 que "A prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado abrange o respectivo articulado e os correspondentes mapas orçamentais, bem como os seus desenvolvimentos e os Decretos-Leis de execução orçamental". Nos termos do consignado no n.º 8 daquele mesmo artigo 12.º-H, foi publicado o Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de Dezembro, relativo ao regime transitório de execução orçamental.

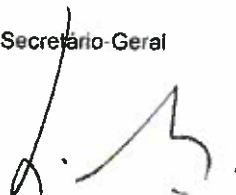
**Assim, verifica-se que a Lei do Orçamento do Estado para 2015<sup>2</sup> (LOE 2015) se mantém em vigor pelo período compreendido entre 1 de Janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2016.**

Mais aproveitamos para alertar V. Ex.cia para a publicação das seguintes Leis:

- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de Dezembro – Que procede à progressiva eliminação ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de Dezembro – Que aprova uma nova tabela da sobretaxa do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para os rendimentos auferidos em 2016, estatuidando a sua eliminação a partir de 1 de Janeiro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral



Rui Solheiro

<sup>1</sup> Aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de Julho, que foi mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro.

<sup>2</sup> Aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e alterada pela Lei n.º 159-E/2015, de 30 de Dezembro.